

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.464 - PE (2019/0003136-1)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
AGRAVADO : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172
JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B
JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(S) - PE047516

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional da 5ª Região cuja ementa é a seguinte:

Processual civil. Administrativo. Execução de Sentença contra Fazenda Pública. Honorários advocatícios arbitrados. Condenação na fase de execução. Impossibilidade. Ocorrência da preclusão. Precedentes. Agravo de instrumento provido.

Os aclaratórios foram providos com efeitos infringentes:

Processual civil. Recurso Especial Representativo de Controvérsia. Art. 1.040 do CPC/15. Processo que retornou à Turma por força do julgado no STJ, para se assim entender, realizar juízo de retratação. O acórdão proferido por esta Quarta Turma não acompanhou posicionamento do STJ. Divergência. Readequação que se aplica. Embargos de declaração. Honorários Advocatícios. Fixação no cumprimento de sentença. Inexistência de preclusão. Possibilidade fixação em momento posterior. Precedentes. Embargos de declaração providos, com efeitos infringentes.

1. Os presentes autos foram remetidos a este TRF para o fim de cumprimento de decisão do STJ, proferida em sede de Recurso Especial.

2. A Corte Especial anulou o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração, por entender que houve omissão quanto à alegação de preclusão para o requerimento de fixação dos honorários advocatícios.

3. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, inexistente preclusão no tocante ao arbitramento de verba honorária no curso da Execução, mesmo nos casos em que a referida verba não tenha sido pleiteada no início do processo executivo.

4. Quanto ao recurso representativo de controvérsia (REsp 1.252.412-RN), não se aplica à hipótese em análise, pois que trata de pretensão de arbitramento dos honorários que ocorrera após o arquivamento da

execução, diferentemente do caso destes autos.

5. Precedentes. Embargos declaratórios providos com efeitos infringentes.

No recurso especial, interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, "a" da Constituição Federal, assevera a parte recorrente ter havido violação, por parte do aresto hostilizado, aos artigos 473 e 652-A, do CPC/73. Sustenta ter havido preclusão, o que impediria o arbitramento de honorários nesta etapa processual.

O recurso foi inadmitido pela decisão às fls. 471/473, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ que dispõe in verbis: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

O entendimento do Tribunal está de acordo com o do STJ e, portanto, não merece ser reformado.

No mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO
REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO.
PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA
MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não há preclusão relativa ao arbitramento de honorários no curso da execução, ainda que a verba não tenha sido pleiteada no início do processo executivo. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 606.286/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 24/04/2015)

Incide na espécie a Súmula 568/STJ, segundo a qual "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator